



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (LICENCIATURA)**

HEITTOR LUÍS ALVES DE OLIVEIRA

CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA NA EJA:
Uma narrativa fundamentada na experiência do Estágio Docente

JOÃO PESSOA/PB
2022

HEITTOR LUÍS ALVES DE OLIVEIRA

CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA NA EJA:
Uma narrativa fundamentada na experiência do Estágio Docente

Pesquisa apresentada ao Dep. de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito para a conclusão do Curso de **Graduação em História** e obtenção do título de **Historiador**.

Prof. Orientador: Dr. Antonio Carlos F. Pinheiro.

JOÃO PESSOA/PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48c Oliveira, Heitor Luís Alves de.
Currículo e ensino de história na EJA: Uma narrativa fundamentada na experiência do Estágio Docente. / Heitor Luís Alves de. Oliveira. - João Pessoa, 2022. 47 f.

Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2023.

1. Currículo. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Ensino de História. I. Pinheiro, Antonio Carlos Ferreira. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 37.016:94


HEITTOR LUÍS ALVES DE OLIVEIRA

CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA NA EJA:
Uma narrativa fundamentada na experiência do Estágio Docente

Pesquisa submetida à avaliação da Banca Examinadora como requisito para conclusão do Curso de **Graduação em História** e obtenção do título de **Historiador** pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

APROVADO EM: 29 / 06 / 2022 .

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO
Data: 14/06/2023 10:45:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (CE/DME/UFPB)
(Orientador)



Prof.^a. Dr.^a. Claudia Cristina do Lago Borges (DH/UFPB)
(1^a Examinadora)



Prof.^a. Dr.^a. Suelídia Maria Calaça (CE/DME/UFPB)
(2^a Examinadora)

AGRADECIMENTOS

*Dedico as minhas conquistas aos esforços feitos pela minha genitora, **Maria Socorro Ribeiro** (in memoriam), pois, foi ela que me ensinou a ser um homem bom e a andar pelos caminhos certos da vida, mesmo que estes sejam os mais difíceis de serem percorridos.*

Agradeço aos amigos, amigas e a minha prima que me acompanharam ao longo desta jornada acadêmica, pois são eles que enriquecem minha vida e me apoiam incondicionalmente, sem dúvida os momentos de risadas e conversas foram os alicerces do meu encorajamento incansável tal qual subsidiou minha perseverança e sucesso para o encerramento de mais um ciclo da minha vida acadêmica.

Não poderia deixar de expressar minha sincera gratidão aos professores do curso de História, Serioja Rodrigues, Claudia Cury, Claudia Lago, Damião de Lima, Guilherme Queiroz, Lucio Flávio Vasconcelo, Monique Cittadino, Carla Mary e Mozart Vergetti, verdadeiros mestres do conhecimento. Seu comprometimento e paixão pela história e sua dedicação em compartilhar seus conhecimentos foram fundamentais para minha formação. Cada um de vocês contribuiu de forma única para minha jornada acadêmica, ampliando meus horizontes e inspirando minha paixão pela pesquisa e análise histórica, suas aulas e ensinamentos transformaram minha visão de mundo e me proporcionaram uma base sólida de conhecimento.

Aos docentes do Centro de Educação e do DME da UFPB meus sinceros agradecimentos pelas contribuições, seu amor pelo ensino e pela educação são fonte de inspiração para a formação de novos docentes. Suas palestras instigantes, discussões provocativas e valiosas contribuições acadêmicas foram um verdadeiro privilégio para mim.

Ao Professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, agradeço por seu rigor intelectual, sua orientação perspicaz e sua paciência incansável para comigo durante o desenvolvimento da minha pesquisa. Sua expertise e comprometimento

foram essenciais para que eu alcançasse resultados além das minhas próprias expectativas.

As professoras Dr^a Claudia Lago e Dr^a Suelídia Maria, que fizeram parte da Banca Examinadora da pesquisa, meus agradecimentos.

Ao professor Antônio Pacífico Neto e a Diretora da EMEF Luiz Vaz de Camões, Rita de Cássia, agradeço por toda ajuda e disponibilidade para comigo durante a pesquisa de campo.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de expressar minha eterna gratidão aos funcionários da UFPB. Técnicos administrativos da SIAG, os servidores da Reitoria, os funcionários do R.U e da limpeza, os vigias e todos os outros que parecem invisíveis aos olhos de grande parte da comunidade acadêmica. Eu sempre os vi e reconheço o quanto cada um foi importante para que eu chegasse até o fim do curso. Vocês facilitaram a minha vida por meio dos seus serviços, fazendo-os da melhor forma possível, e por isso, também sou grato a vocês.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal, o meu mais profundo agradecimento.

Obrigado a todos!

*Nas entrelinhas da história, desvela-se o convite sublime ao aprendizado,
onde as páginas do passado ecoam verdades eternas e nos incitam a
decifrar os enigmas da existência, erguendo um horizonte de
conhecimento que transcende as fronteiras do tempo,
as quais penso que só o professor historiador
é capaz de decodificar com maestria.*

(Epígrafe autoral)

RESUMO

O presente trabalho trata de uma narrativa reflexiva sobre a experiência da prática do ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizada durante o desenvolvimento do Estágio Docente na EMEF Luiz Vaz de Camões, localizada na cidade de João Pessoa, PB. A pesquisa enfatiza um relato de observação, análise e reflexão especificamente nos ciclos III e IV desta modalidade de educação básica. Por meio da pesquisa buscou-se investigar e compreender, como se precede a prática do ensino de História na EJA imersa na problemática da inexistência da definição de um currículo específico para esta modalidade de educação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o principal documento que organiza e norteia a prática pedagógica no ensino básico. A metodologia de construção da pesquisa foi múltipla, partindo de uma revisão bibliográfica apoiada em material de cunho acadêmico-científico com a finalidade de embasar a discussão histórica da temática em questão, seguida da observação da prática do ensino de História na EJA. Foi utilizada ainda uma entrevista com o docente em exercício na mencionada escola a fim de colher informações mais precisas sobre a perspectiva entre ensino-aprendizagem e o currículo de História na EJA. Por fim, deseja-se ressaltar que os meios utilizados foram suficientes para reconhecer alguns parâmetros que possibilitaram responder à questão central da pesquisa no sentido de compreender as estratégias didático-pedagógicas adotadas, considerando a grande autonomia que detém tanto a instituição escolar quanto o professor que atua na referida modalidade de ensino.

Palavras-chave: Currículo. Educação de Jovens e Adultos. Ensino de História.

ABSTRACT

The present work deals with a reflective narrative about the experience of teaching History in Youth and Adult Education (EJA), carried out during the development of the Teaching Internship at EMEF Luiz Vaz de Camões, located in the city of João Pessoa, PB. The research emphasizes a report of observation, analysis and reflection specifically in cycles III and IV of this modality of basic education. Through research, we sought to investigate and understand how the practice of teaching History in EJA is immersed in the problem of the lack of definition of a specific curriculum for this type of education in the National Common Curricular Base (BNCC), which is the main document that organizes and guides the pedagogical practice in basic education. The research construction methodology was multiple, starting from a bibliographic review supported by academic-scientific material with the purpose of supporting the historical discussion of the theme in question, followed by the observation of the practice of teaching History in EJA. An interview was also used with the teacher in practice at the aforementioned school in order to gather more precise information about the perspective between teaching-learning and the History curriculum in EJA. Finally, it is important to emphasize that the means used were sufficient to recognize some parameters that made it possible to answer the central question of the research in the sense of understanding the didactic-pedagogical strategies adopted, considering the great autonomy that both the school institution and the teacher who works in the mentioned teaching modality.

Keywords: Curriculum. History Teaching. Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: uma breve história	13
O “NÃO” LUGAR DA EJA NA BNCC	17
ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	20
O ENSINO DE HISTÓRIA NOS CICLOS III E IV DA EJA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
APÊNCIDE	33
ANEXOS	35

INTRODUÇÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está imersa nas transformações de cunho econômico, político, social e cultural do Brasil, especialmente, a partir da instauração do regime republicano que experimentou grandes mudanças no âmbito educacional. Hoje, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino vigente no Brasil e amparada pela LDB (9.394/96), é destinada ao atendimento daqueles que por algum motivo não conseguiram começar ou concluir a educação básica na idade escolar considerada adequada pelo sistema.

A Educação de Jovens e Adultos, diferente da educação regular, é dividida em ciclos que competem as séries da educação básica, atende alunos a partir dos 15 anos de idade (sem idade limite) a fim de possibilitar que estes possam ter acesso à educação conforme lhe é direito estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988. E embora seja uma modalidade de educação que atende uma gama de particularidades, a efetivação do processo de escolarização e do ensino-aprendizagem é algo muito importante, pois, a modalidade de educação em questão visa a formação, inclusão e a seguridade do direito de aprender para jovens e adultos (BRASIL, 2000).

Entretanto, a inexistência e a efetivação de um currículo comum para a modalidade, fragiliza a seguridade do direito de aprender e incluir-se no processo de aprendizagem homogêneo e comum a toda a comunidade educativa que busca a EJA como uma ponte para a aprendizagem depois de anos fora do ambiente escolar. Embora todas as disciplinas sejam igualmente importantes, este trabalho irá se ater ao ensino de História e a falta de um currículo determinado para esta disciplina nos ciclos III e IV da Educação de Jovens e Adultos, por considerar que essa é uma fase de extrema importância no processo de ensino aprendizagem de crianças, jovens e adultos, pois trata-se da base dos conhecimentos educacionais para uma *consciência histórica*¹ de si e do mundo. Logo, a não estruturação de um currículo nos leva a questionar quais os conteúdos que são selecionados e de onde eles vêm, para assim constatar se o processo educacional na Educação de Jovens e Adultos é tão eficaz como deveria ser.

¹Sobre essa questão é interessante consultar os seguintes estudos: Gadamer e Fruchon (2006), Schmidt, Barca e Martins (2010), Cerri (2011) e Jorn Rüsen (2001).

Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida no transcorrer da realização do Estágio Supervisionado Docente II, do Curso de História, a fim de relatar como a experiência, a partir da observação e da vivência da prática pedagógica no ensino de História na Educação de Jovens e Adultos, em meio as adversidades do sistema. A falta de um currículo e a perspectiva da prática docente do professor da EJA também compõe o enredo da experiência vivenciada para relato das aprendizagens ocorridas durante a realização do mencionado estágio. A pesquisa em si, objetiva a construção de uma discussão a respeito da falta do currículo para o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos, mas que visa compreender a prática pedagógica por parte do professor da disciplina por meio da observação e do diálogo com o docente.

Para a construção do estudo necessitou-se de uma metodologia variada. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica de origem acadêmico-científico no sentido de ter-se um embasamento teórico acerca da temática aqui proposta. Posteriormente foi desenvolvida a observação da prática pedagógica do professor² responsável pela disciplina de História nos ciclos III e IV da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Vaz de Camões. Foi realizada uma entrevista, com o mencionado professor por meio de questões abertas (APÊNDICE I) a fim de compreender a sua perspectiva a respeito do currículo do ensino de História da EJA, bem como a efetivação do processo de ensino-aprendizagem sob a prática desenvolvida por ele mesmo, buscando identificar o que o ampara metodologicamente e de como são selecionados os conteúdos para cada ciclo, levando, portanto, à construção de um currículo mínimo.

A junção da análise teórica, a experiência e observação durante e o estágio e as respostas obtidas por meio da entrevista com o docente de história foram fontes suficientes para responder as questões-problemas a respeito do currículo e da prática do ensino-aprendizagem de História na Educação de Jovens e Adultos, e construir uma discussão sobre o assunto.

Para tanto, o presente trabalho discute a temática a partir dos seguintes itens: primeiro será abordada, de forma breve, a história da Educação de Jovens e Adultos

²Trata-se do Antônio Pacífico de Almeida Netto. Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que está no exercício da função há quase 20 anos lecionando na educação básica. É professor concursado no município de João Pessoa onde atua com o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos, também é concursado no Estado do Pernambuco onde atua com o ensino de História e Sociologia. Atualmente faz parte do Programa de Mestrado Profissional em Sociologia (ProfSocio) na Fundação Joaquim Nabuco.

no Brasil, evidenciando-se de forma contextualizada os principais aspectos para a estruturação de uma modalidade de educação que está enraizada nas lutas populares e se faz presente hoje como política de educação básica no país. Em seguida propõe-se discutir um pouco sobre o “não” lugar da EJA na BNCC, buscando identificar a construção do currículo do ensino de História para essa modalidade de educação. Adiante procurou-se desenvolver algumas reflexões acerca de como o ensino de História, no âmbito da EJA, vem se estruturando no Município de João Pessoa/PB, a partir de uma experiência específica processada em uma Escola Municipal, conforme mencionou-se anteriormente. Essa experiência foi observada no contexto da realização do Estágio Docente Supervisionado nos ciclos III e IV da EJA. E por fim, o trabalho conclui abordando os principais pontos da discussão e da temática, a fim de ponderar de fato como se processou o ensino de História na EJA.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: uma breve história

A Educação de Jovens e Adultos tem suas raízes no Brasil Colônia, período em que os Jesuítas, aqui instalados, começaram a alfabetizar os indígenas (adultos e crianças) com a finalidade de catequizá-los. Mas, sob forte pressão por parte do Marques de Pombal, em 1759, os Jesuítas foram expulsos e finalizado o processo de “instrução” regido por eles, causando uma desorganização não apenas no ensino destinado aos indígenas e escravos, mas também aos filhos de colonos que tinham uma instrução mais formal que também era conduzida pelos Jesuítas (PAIVA 1987).

Sob domínio do Império Português, a instrução pública passou a ser responsabilidade do império, porém, o seu acesso era precário pela falta de escolas e professores, sem a preparação adequada e sem investimentos, sobretudo, aos “adultos” que foram deixados de lado, priorizando a instrução para as elites. (PAIVA 1987).

Cabe ainda destacar que, naquele período,

[...] a educação dos adultos implicava quase que exclusivamente na transmissão da doutrina cristã e no adestramento para o trabalho escravo, ou seja, uma educação exclusivamente religiosa, e não necessariamente preocupada com o processo de alfabetização ou de formação das camadas populares (SOUZA; SILVEIRA, 2021, p. 102).

Durante o Império a instrução continuou sendo um privilégio dos mais afortunados, a prioridade da formação estava atrelada as crianças e jovens que compunham a elite e recebiam instrução por meio das aulas régia e, posteriormente denominadas de primeiras letras, enquanto os negros e indígenas ficaram excluídos do processo educacional. “A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo o *elitismo* que restringia a educação às classes mais abastadas” (STRELHOW, 2010, p. 51, grifo do autor).

Após a Independência do Brasil, em 1822, e a promulgação da constituição em 1824, houve discussões para estabelecer uma educação primária tal qual envolvesse as camadas inferiores da sociedade (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravizados, livres e libertos), mas foram apenas discussões, pois nada foi feito, passando a responsabilidade da educação (primária e secundária) para as províncias por meio do Ato Constitucional de 1834. Entretanto, a educação de crianças e jovens as províncias tomaram parte e a fizeram, mas a alfabetização dos adultos era feita pelas pessoas letradas como uma forma de caridade, sem a responsabilidade do Estado, na concepção do povo “era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso”, entretanto, o que ocorreu foi a inteira exclusão educacional dos adultos por parte do Estado (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 261 *apud* STRELHOW, 2010, p. 51).

Com a queda da Monarquia e o estabelecimento da Primeira República no Brasil (1889), a educação passou a ser vislumbrada pelo Estado, visto que era considerada um dos maiores problemas (pelo número de analfabetos que havia), pela necessidade do voto, e o fato de analfabetos não poderem votar, inicia-se uma expansão de criação de escolas e as chamadas “ligas contra o analfabetismo”³ a fim de alfabetizar os indivíduos para que pudessem votar (PAIVA 1987).

Nos anos que se seguem nas décadas de 1920-1980 muita coisa aconteceu com relação a educação primária e secundária, as quais inclui também a educação para adultos. Como por exemplo,

As reformas da década de 1920 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase,

³ Trata-se de um movimento criado por intelectuais em 1915 a fim de conscientizar a população sobre o número de analfabetos no Brasil, bem como convencer as pessoas da necessidade e importância de extinguir o analfabetismo. As campanhas se espalharam por todos os Estados e funcionaram como meios de exigir leis em favor da educação (PAIVA, 1987).

renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos de 1930 (PAIVA, 1987, p. 168).

Em 1934 houve a criação do Plano Nacional de Educação, definindo o Estado como responsável pelo ensino primário ofertado gratuitamente, incluindo, as pessoas adultas. Já na década de 1940 foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), cuja a intenção era estabilizar recursos para a educação; nesse período foi criado também o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que foi considerado um avanço no que se refere a educação para adultos, visto que, viabilizou uma formação/aprendizagem para uma grande parcela da população, na época.

Outro marco e avanço para a educação de adultos foi a realização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido em 1947. No mencionado evento avaliou-se os índices de analfabetismo no país e a necessidade de uma perspectiva mais elementar acerca da instrução efetivada no processo educacional dessas pessoas. É válido mencionar ainda que, foi naquele Congresso que se destacou Paulo Freire, um jovem advogado e militante da educação de adultos, que criticava a precariedade do sistema e a inadequação da didática para o ensino de adultos, e tinha uma metodologia mais didática para o ensino-aprendizagem de adultos (PAIVA, 1987; STRELHOW, 2010).

Decorrente das discussões durante o Congresso Nacional de Educação de Adultos (1947), no final dos anos de 1950 a educação de adultos começa a ser vista como um problema relacionado a educação de base, a qual era defendida pelo então presidente populista, João Goulart. Com todo apoio, Paulo Freire fica à frente do programa “Plano Nacional de Alfabetização de Adultos” e começa a desenvolver atividades para alfabetizar os adultos com uma perspectiva de consciência social por meio do “método freiriano” que alfabetizava com base no diálogo, considerando, sobretudo, a realidade do indivíduo para sua alfabetização. No entanto, o golpe militar (1964-1985) extingue não apenas o programa como toda e qualquer ação que estivesse ligada ao fortalecimento popular, até mesmo atos educacionais. Inúmeras pessoas foram perseguidas, inclusive, Paulo Freire, exilando-se na Bolívia e em seguida no Chile (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 112-113). Ainda segundo os mencionados autores,

[...] A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política

contrariavam os interesses impostos pelo golpe militar. A ruptura política ocorrida com o movimento de 64 tentou acabar com as práticas educativas que auxiliavam na explicitação dos interesses populares (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Durante o Golpe Militar, como a Educação de Adultos era um problema que precisava ser resolvido, foram criados dois programas; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, posteriormente, o Ensino Supletivo, ambos visavam contemplar o acesso ao ensino para jovens adultos e analfabetos, que precisavam concluir pelo menos o primeiro grau da educação básica, mas nenhum dos programas tinha a mesma característica do programa orientado por Paulo Freire o qual alfabetizada em 45 dias (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A intensa repressão durante o período do golpe militar exigiu muita luta popular pela redemocratização da sociedade brasileira, tal fato culminou na anistia e a volta de figuras importantes para o cenário educacional do país, assumindo a bandeira da educação e a necessidade desta como um direito do povo. Com o fim do golpe militar (1985) e o reestabelecimento da República e da Democracia no país, a Constituição Federal de 1988 dá novos rumos para a educação e inclui nesta a Educação de Jovens e Adultos – EJA, o documento legitima a necessidade de se investir na educação da população, por meio da seguridade do direito conforme expressos em seus artigos.

Art. 205. **A educação, direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (...)
(BRASIL/CF, 1988, n.p., grifo nosso).

Os artigos destacados da Constituição Federal Brasileira de 1988, são reafirmados e fundamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/1996 a qual não apenas assegura, como institui que a Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma modalidade de ensino, gratuita, e destinada a suprir as necessidades de ensino básico (fundamental e médio) para aqueles que

não iniciaram ou não confluíram, por qualquer motivo que seja, na modalidade regular de ensino, conforme expressa o documento.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL/LDB, 1996, n.p.).

Contudo, a partir da promulgação dos documentos supracitados a Educação de Jovens e Adultos deixou de ter o caráter apenas de “programa de alfabetização” e passou a ser uma modalidade de ensino, uma política pública da educação, que visa não apenas alfabetizar, mas formar cidadãos críticos e com plenos conhecimentos, assim como é o propósito instituído para a educação regular. A modalidade de ensino EJA permanece vigente e é oferecida gratuitamente em escolas municipais e estaduais, conforme o nível de escolarização ofertado.

O “NÃO” LUGAR DA EJA NA BNCC

As primeiras indicações acerca da necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC ocorreu no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), ao estabelecer em um de seus artigos que,

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL/LDB, 1996, n.p.).

Definindo, portanto, o estabelecimento de um currículo homogêneo e linear ao processo educacional comum no país. A LDB (9.394/96) dá a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) total autonomia para o direcionamento do currículo comum.

[...] A Base deve **nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas**, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica (BRASIL/BNCC, 2018, n.p., grifo nosso).

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador do processo de ensino-aprendizagem da educação formal brasileira. Este, é descrito como sendo, “[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL/BNCC, 2018, n.p.).

Na sua primeira versão, lançada em 2015, o documento não abordou nenhuma diretriz específica com relação ao currículo para o ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, mesmo sendo esta, uma modalidade de educação vigente e amparada por lei (LDB nº 9.394/96). Nesse sentido, logo foram levantadas questões que propiciaram discussões entre os pesquisadores e educadores, pois, o documento mostrou-se inadequado para uso na perspectiva do ensino-aprendizagem na EJA, visto que, as diretrizes que regulamentam o ensino-aprendizagem de crianças e jovens são respaldadas nas “teorias do desenvolvimento” e não podem ser aplicadas e ter sucesso quando trabalhadas com adultos e jovens de idades variadas (JORGE; GARCIA, 2021).

Na versão da BNCC não havia nenhuma problematização com relação a EJA, não enfatizou a diversidade e singularidades das situações que essa modalidade de educação comporta. E mesmo que fosse estabelecido ainda assim haveria a necessidade da produção de conteúdos que atendessem as especificidades do público atendido pela EJA, que são diferentes dos alunos da educação regular, considerando que em grande parte tratam-se de pessoas jovens e adultos que possuem valores formados, têm famílias e filhos, trabalham, e que retornam à escola na busca de finalizar o processo de educação básica, que regra geral, pode favorecer a uma possível ascensão social (JORGE; GARCIA, 2021).

Dada a repercussão do fato e as efervescentes discussões, houve uma reformulação da BNCC que foi publicada em abril de 2016, a qual tentou-se inserir a Educação de Jovens e Adultos de forma minimalista e artificial, acrescentando palavras no mesmo texto da versão anterior. Na introdução do documento, ao explicar sobre o impacto e importância da BNCC com relação ao currículo, a Educação de Jovens e Adultos aparece citado apenas uma vez, englobada em um rol de outras modalidades de educação as quais tampouco têm amparo curricular na própria BNCC.

O documento expressa o seguinte texto,

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, **Educação de Jovens e Adultos**, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL/BNCC, 2016, p. 17, grifo nosso).

Essa lacuna do documento é a mesma quando se trata de políticas educacionais para todas as outras modalidades que são apenas mencionadas, mas que não apresenta nenhuma diretriz para as mesmas. No caso específico da EJA esse fato se estende para todos os ciclos de aprendizagem.

Em 2018, ocorreu a reformulação do Ensino Médio e a BNCC para esse nível de escolarização também foi reestruturada e mais uma vez não apresentou diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos, ou seja, definitivamente essa modalidade de educação não possui lugar na Base Nacional Comum Curricular.

É válido mencionar que a EJA como sendo uma modalidade de educação legal e amparada pela LDB (9.394/96), teve em 2000 a formulação de uma Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, a qual trata das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos” por parte da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, entretanto o documento também não estabeleceu a estruturação de um currículo com conteúdos que visasse a homogeneização do ensino-aprendizagem nacional nessa modalidade de educação. Na verdade, o documento se restringiu a estabelecer uma perspectiva metodológica para que o ensino favoreça a aprendizagem por meio da ação-reflexão-ação e que o educando compreenda sua realidade a partir da aprendizagem.

A falta de um currículo conciso no documento que rege o ensino-aprendizagem no país e a falta de diretrizes estabelecidas e claras que favoreçam a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade de educação tão importante quanto a educação regular, terminou obrigando cada Estado e municípios a desenvolverem os seus currículos para a EJA, estruturando os conteúdos a partir de cada ciclo e turmas, procurando se respaldar nas diretrizes estabelecidas pela Resolução de 2000.

ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Como é responsabilidade de cada sistema (estadual ou municipal) definir a estrutura e a duração dos cursos de educação básica e não havendo essa determinação por parte dos órgãos superiores da educação e tampouco pelos documentos oficiais da educação básica, baseou-se este estudo em uma experiência particular de uma Escola vinculada a rede municipal de João Pessoa – PB.

O município de João Pessoa, na Paraíba, possui documentos próprios que estabelecem diretrizes tanto estruturais quanto curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de educação é dividida em ciclos, que compreende as etapas educacionais das séries regulares, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Estrutura de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos.

		MÓDULO – ANOS INICIAIS	MÓDULO – ANOS FINAIS
FASE I	Ciclo I	Esse ciclo corresponde ao 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental, incluindo o processo de alfabetização.	Ciclo III Esse ciclo corresponde ao 6º e 7º ano do ensino fundamental.
	Ciclo II	Esse ciclo corresponde ao 4º e 5º ano do ensino fundamental.	Ciclo IV Essa ciclo corresponde ao 8º e 9º ano do ensino fundamental.
FASE II	ENSINO MÉDIO		
	Ciclo V	Esse ciclo compreende o 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, podendo, à escola instituir uma divisão em dois ciclos.	

Fonte: Elaboração própria a partir da Matriz de Referência Curricular do Município (2020).

Conforme demonstra a tabela ocorre uma junção de séries que compõe os ciclos e os respectivos módulos (iniciais ou finais). Essa estrutura é considerada na respectiva modalidade de educação pela necessidade de aplicar o processo de

escolarização em menor tempo possível, o que não tira a eficácia do processo quando feito de forma responsável e adequada.

No que diz respeito a responsabilidade pelo ensino, há ainda uma divisão entre o Estado e Município, pois, o município é responsável pelos ciclos I, II, III e IV enquanto o Estado é responsável pelo ciclo V que corresponde a todo o ensino médio, tal qual é condensado em um único ciclo ou, a critério da escola pode ser dividido em dois ciclos, conforme estabelece a Matriz de Referência Curricular da Educação de Jovens e Adultos do Município de João Pessoa (2020).

A Matriz de Referência Curricular (MRC) da cidade de João Pessoa, estabelece diretrizes para o ensino-aprendizagem, mas não institui de fato um currículo com conteúdos básicos e comuns nas disciplinas como as conhecemos (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, etc.), apenas institui que dentro dessas disciplinas sejam trabalhados conteúdos transversais ou eixos, como são definidos.

Segundo o documento,

[...] A perspectiva global do conhecimento e as identidades dos sujeitos da EJA, desloca para a modalidade uma perspectiva do *continuum* curricular que concebe tempos, espaços, saberes e experiências no contexto de uma dinâmica complexa e integradora, no sentido de tecer em conjunto constituintes heterogêneos e inseparavelmente associados. Sendo assim, o currículo evidencia a possibilidade de suas práxis estar fundamentada em eixos temáticos integradores e articulados aos pilares da EJA, que conduzem a uma proposta pedagógica inter/transdisciplinar. Cabe ressaltar que os eixos ampliam as possibilidades de reorganização curricular, à medida que rompem com o modelo de disciplinarização da gestão do conhecimento. (MATRIZ DE REFERÊNCIA CURRICULAR/JOÃO PESSOA, 2020, p. 5).

O documento orienta ainda que,

[...] Nesse sentido, orienta-se que nos ciclos I, II, III e IV tenham como elementos norteadores do currículo o foco na leitura, na escrita e no letramento matemático, perpassando essa práxis a todos os componentes curriculares e eixos temáticos (MATRIZ DE REFERÊNCIA CURRICULAR/JOÃO PESSOA, 2020, p. 5).

Nesse sentido, o mencionado documento se mostra preocupado em contextualizar a realidade do educando vinculado à modalidade da Educação de

Jovens e Adultos, contudo é omissa em relação às práticas de ensino-aprendizagem especialmente em relação aos conteúdos que precisam ser estudados.⁴

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS CICLOS III E IV DA EJA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE

A história faz parte da vida do ser humano por representar no tempo sua vivência, por imortalizar fatos e acontecimentos que são passados de gerações para gerações, por meio das lembranças e dos registros que se perpetuam pelo tempo no próprio conceito que temos de história. A História, enquanto um campo específico de conhecimento, se dedica ao estudo das mudanças e/ou permanências ao longo do tempo e abrange todos os aspectos da sociedade humana. Assim, os desenvolvimentos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, médicos, culturais, intelectuais, religiosos, militares, entre outros, fazem parte da história, o que a classifica como algo inerente ao ser humano (FONSECA, 2003, p. 10).

Nesse sentido, não é estranho que a História seja parte integrante daquilo que se precisa ensinar, enquanto professores, e aprender, enquanto estudantes, no processo de escolarização para a formação social do indivíduo. Logo, pode-se considerar que a História representa o alicerce da sabedoria, da análise e da crítica necessária para se compreender quem somos.

Para Bittencourt (2008) a História, enquanto disciplina escolar, possibilita que o discente possa ampliar sua compreensão e percepção de fatos históricos situando-se na temporalidade, tornando-se capaz de elaborar reflexões acerca das possibilidades ligadas à temática/assunto em questão, além de poder identificar-se como parte do processo histórico e assim compreender a si e ao meio, uma vez que tudo é história.

Independentemente da escola, série ou idade dos alunos, o ensino de História sempre terá a mesma finalidade: possibilitar que o estudante adquira conhecimentos sobre a história com base em acontecimentos e registros, e desenvolva a capacidade da análise crítica a respeito destes, sendo capaz de formular reflexões para diálogos construtivos, coerentes e fundamentados na veracidade. Entretanto, o

⁴No documento anexado ao final (anexo I) é possível se visualizar o estabelecido pelo documento (Matriz de Referência Curricular) para que sejam trabalhados na disciplina de História, referente aos Ciclos III e IV.

que muda no ensino da História, são as técnicas para possibilitar a aprendizagem dos alunos, considerando as necessidades e particularidades de cada aluno, em cada escola e série escolar (FONSECA, 2003, p. 12-13).

De acordo com Bittencourt (2004, p. 12),

[...] A produção sobre a História a ser ensinada, proposta nos currículos oficiais que estão circulando no meio educacional, se constitui como um conjunto heterogêneo, caracterizando um momento peculiar da história do ensino da História. Muitas das propostas produzidas nos últimos dez anos não se limitam a refazer métodos e técnicas de ensino ou a introduzir pontualmente alguns conteúdos novos. Considerando a história da disciplina, estamos vivendo um momento importante no qual *conteúdos* e *métodos* estão sendo reelaborados conjuntamente (*itálicos* da autora).

A necessidade de adequação de técnicas e métodos de ensino podem ser observados quando compara-se, por exemplo, a prática docente do ensino de História no ensino fundamental II da educação regular e nos ciclos III e IV da educação de Jovens e Adultos, a finalidade do ensino-aprendizagem é a mesma, mas utiliza-se técnicas diferentes ou adaptadas para possibilitar que a aprendizagem seja tão significativa para assim ser eficaz na EJA.

Esse ensino significativo é um conceito presente, sobretudo, na perspectiva da pedagogia freiriana, para a Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista as particularidades do público-alvo, bem como a importância de considerar os saberes dos educandos para assim construir conhecimentos. Freire (1996), considerava que a aprendizagem deveria partir dos saberes dos educandos, e considera-los é uma forma de tornar significativo o conhecimento que está sendo construído com a aprendizagem, isso por que, geralmente, os educandos da EJA são pessoas que já possuem história e conhecimentos que foram adquiridos na aprendizagem da vida, os quais jamais podem ser desprezados no espaço escolar.

[...] o pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária [...]. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina [...]? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? [...] A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (FREIRE, 1996, p. 15).

Nesse sentido, a prática do ensino, por si só, na EJA é algo que necessita de comprometimento, e quando se fala sobre o ensino de História está-se referindo a algo além, pois, mexe com a cultura, a identidade e a história social do educando.

Durante o Estágio Docente Supervisionado nos ciclos III e IV da EJA, desenvolvido na EMEF Luiz Vaz de Camões, que está situada no bairro Mangabeira, cuja localização é em uma área mais periférica da capital paraibana, foi possível observar o desenvolvimento da prática do ensino de História. A escola atende a educação regular (Fundamental I e II), no período diurno, e também a EJA (Ciclos I, II, III e IV) no período noturno.

Para tanto, sem dúvidas, são os professores em exercício que nos dão uma maior visão a respeito do que ocorre no ensino-aprendizagem em sala de aula. Bittencout (2008, p. 50,), reitera isso ao mencionar que,

[...] O papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre *currículo* real, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o *saber a ser ensinado* em *saber aprendido*, ação fundamental no processo de produção do conhecimento (*itálicos da autora*).

Nesse sentido, foi realizada uma entrevista com o docente, Antônio Pacífico Netto, a qual buscou-se compreender a sua perspectiva acerca do ensino de História na EJA, tendo em vista a ausência do estabelecimento de um currículo formal de ensino pelos documentos oficiais que regem a educação no país. No decorrer das observações das aulas ministradas e da entrevista foi possível constatar que o professor em questão possui uma história de integração para com a EJA, e compreende essa modalidade de educação como algo fundamental ao processo de aprendizagem de jovens e adultos que buscam a escola tardiamente. Respeita os direitos e as histórias dos alunos, e busca valorizar seus saberes para assim construir conhecimentos a partir deles.

No decorrer da realização da entrevista, a qual deu-se por meio de um diálogo caloroso, o professor menciona suas experiências de prática na carreira docente com o ensino de História, além de expressar seu imenso respeito ao desejo de aprender dos alunos da EJA. Destacando sua indignação pela inexistência de um currículo formulado pela BNCC para a EJA no campo da História e demais disciplinas. Nas palavras do professor.

[...] Tenho um grande afeto pela EJA e pelos alunos que a buscam. E me sinto indignado pela inexistência de um currículo de base estabelecido pela BNCC que é o documento que rege a educação básica no país. Isso não diminui a importância do ensino que damos a essa modalidade de educação, mas deixa lacunas no que pensamos sobre a importância da modalidade para o sistema. (ENTREVISTA, 2022).

Quando indagado sobre a experiência da docência na EJA, como sendo uma modalidade de educação com tantas particularidades envolvidas o professor esclareceu que é comum a necessidade da prática de ensino, pois, ser professor exige que você busque caminhos para mediar o conhecimento aos alunos, e no que diz respeito a EJA esses caminhos permeiam técnicas, métodos e conteúdos.

[...] Ser professor de História na EJA é estar imerso na história, é analisar saberes para mediar conhecimentos e aprendizagens que sejam relevantes aos alunos. Pois é necessário lembrar que cada um deles possui uma história com a educação e conhecimentos que podem ser distintos. Haja visto que em uma única sala temos alunos de 17 anos e alunos de 60 anos. Eles aprendem diferentemente, e isso exige que como professor, eu utilize técnicas e métodos adaptados e diferenciados para mediar o conhecimento nesse processo de ensino-aprendizagem. Mas de fato, a EJA possui muitas particularidades, as quais grande parte estão ligadas as necessidades e perspectivas de aprendizagem dos alunos. (ENTREVISTA, 2022).

É notório que há muitas diferenças entre ensinar História para crianças e adolescentes na educação regular, e ensinar História para jovens e adultos na EJA. Isso se dá pelo contexto do processo de ensino-aprendizagem em decorrência das circunstâncias vivenciadas pelos educandos. Enquanto crianças e adolescentes estão iniciando seu processo de escolarização, os jovens e adultos na EJA foram privados desse processo por algum motivo no passado e ao retornarem para o ambiente escolar trazem consigo experiências, conhecimentos e saberes que foram adquiridos especialmente por meio do senso comum, e cabe ao professor fazer uso desses conhecimentos e saberes para, junto aos conteúdos da disciplina escolar, mediar o conhecimento (científico) aos alunos (JARDILINO; ARAÚJO, 2015, p. 13-15).

Quando lançada essa questão para o professor em exercício na EJA, ele destaca que,

[...] Sem dúvida alguma, há diferença em ensinar História na educação regular e ensinar na EJA, isso se dá pelas características de cada modalidade, pelos processos estabelecidos até mesmo do currículo. O ensino regular está alinhado as habilidades estabelecidas na BNCC, já a EJA se pauta nas necessidades dos educandos, as quais variam de lugar para lugar e pessoa para pessoa. Então há sim uma diferença que está intrinsecamente relacionada à metodologia de ensino (ENTREVISTA, 2022).

Dito isso, e já mencionado a respeito da problemática da inexistência de um currículo para a EJA na BNCC, por parte do próprio docente, ainda assim lhe foi indagado a respeito do seu ponto de vista com relação a essa inexistência da EJA na BNCC.

[...] De fato a BNCC não aborda a EJA, e eu como professor, acho que isso não é uma coisa boa. No entanto, precisamos nos atentar ao fato de que a EJA é uma modalidade de educação com particularidades, dos alunos, dos municípios, da localidade e comunidade, dos espaços em que ocorrem a prática do ensino, e, a BNCC não comportaria formular currículos para cada localidade. Aqui na cidade de João Pessoa, ensinamos História com base na história dessas pessoas a que está relacionada a história local. Claro, são ensinados conteúdos comuns sobre a história global, mas os conhecimentos precisam partir da realidade desses alunos. (ENTREVISTA, 2022).

Partindo dessa questão de não haver definições curriculares específicas e estruturadas na BNCC para a EJA, se faz necessário compreender como se estrutura o currículo que é utilizado pelo professor para a prática do ensino de História na EJA, ou seja, de onde são tirados os conteúdos para a aprendizagem dos alunos. Prontamente o professor Antônio esclareceu que faz uso da BNCC como documento nortear, junto a Matriz de Referência Curricular (MRC) da cidade de João Pessoa, que é um documento elaborado pela Secretaria de Educação do Município junto a Diretoria da Educação de Jovens e Adultos para dar diretrizes ao ensino-aprendizagem na EJA. O documento estabelece eixos temáticos que devem ser utilizados e integralizados nas aulas para o aprimoramento de uma educação significativa.

[...] Utilizo a BNCC como documento norteador da educação, e me baseio nos conteúdos listados para as séries. Faço uma seleção daqueles que considero mais relevantes, tendo em vista a carga horária de aula e a necessidade dos alunos, e “monto” as aulas. O município possui um documento que traz eixos temáticos para cada disciplina, e eu busco integralizar os conteúdos com os eixos

temáticos no campo do ensino de História, para possibilitar uma aprendizagem significativa para os alunos. (ENTREVISTA, 2022).

É inevitável se questionar se há dificuldades no que tange o ensino a partir de um currículo estruturado de forma “avulsa”, isto é, sem diretrizes aparentes. Para o professor,

[...] Não vejo dificuldades no ensino nem na aprendizagem, isso por que os conteúdos são selecionados com base nas necessidades dos alunos, e eles aprendem conforme suas possibilidades, assim como é com qualquer aluno, qualquer pessoa em um processo de aprendizagem. (ENTREVISTA, 2022).

Nessa conjuntura, ainda se faz necessário indagar o docente em exercício sobre a efetivação da aprendizagem, tendo em vista os parâmetros do ensino de História, especificamente nos ciclos III e IV da EJA, ou seja, referindo-se a escolhas dos conteúdos que considera mais relevantes para o processo de ensino-aprendizagem para cada turma em determinado momento.

[...] Sim! Sem dúvidas há uma efetivação da aprendizagem, e isso pode ser observado quando os alunos passam do ciclo III para o ciclo IV, por exemplo, e posteriormente para o ciclo seguinte. Dando uma aula de um conteúdo sequente, você vê que eles possuem uma base sobre aquilo e conseguem relacionar com o que foi estudado. Então há uma efetivação da aprendizagem por que o ensino da História está coerente com as necessidades dos alunos e sua capacidade de aprendizagem. (ENTREVISTA, 2022).

Esse relato sugere uma perspectiva teórico-metodológica que para os menos experientes e/ou distante desse universo de escolarização talvez não consiga percebê-la. Ensinar exige mais do que apenas conhecimentos, exige desenvoltura para lidar com as situações que aparecem. Assim, considerando que essa prática do ensino de História encontra-se imersa em anseios que vão para além dos conteúdos pré-estabelecidos no regime regular de escolarização. Nesse sentido, retomando os ensinamentos de Paulo Freire é necessário que os conteúdos façam sentido para os alunos, sobretudo os da EJA. A grande tarefa do professor é transformar o “senso comum em consciência filosófica”⁵, ou melhor, em *consciência histórica*.

Durante as observações no Estágio Docente, foi possível perceber a desenvoltura de anos de experiência do professor para lidar com os níveis de

⁵Sobre essa questão consultar Saviani (1989).

conhecimentos de cada aluno em cada turma, dar aula de um conteúdo e desmitificar “isso e aquilo” que rodeia os fatos históricos que se precisa ensinar e aprender. Embora o professor faça uso constante de uma prática pedagógica mais tradicional do ensino de História, leitura de textos e explicações, a aula é dinamizada entre diálogos e relatos de experiências de vida, por parte dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Docente Supervisionado é o primeiro contato que o graduando tem com o universo profissional na sua área de formação. Esse contato é de extrema importância para a construção do conhecimento e a compreensão sobre a relevância do trabalho que irá desempenhar pois, é por meio do estágio que o graduando percebe a grandiosidade do trabalho docente e as mais diversas atribuições e responsabilidades da profissão. É também durante o estágio, que se pode aprender sobre as mais diversas funções e atividades dentre os mais variados contextos do cotidiano escolar, bem como lidar com os mais diversos desafios da prática pedagógica (ALMEIDA; PIMENTA, 2015).

O Estágio Docente realizado na EJA, no qual foi base para o desenvolvimento da presente estudo, possibilitou a investigação de questões relevantes ao cenário acadêmico, social e educacional, uma vez que buscou-se investigar a prática do ensino de História na EJA sem que haja um currículo definido pela BNCC que é, atualmente, o documento que direciona e estrutura o ensino básico no país.

As observações da prática docente realizadas foram importantes, pois, demonstraram um cenário educacional atípico do regular que se conhece, com crianças e jovens adolescentes brincando, andando ou correndo pelos corredores, falando alto e conversando, rindo e questionando sobre tudo. Enquanto na modalidade da EJA, observa-se pessoas jovens e adultos que demonstram cansado do cotidiano, geralmente são trabalhadores ou donas de casa, que passam o dia em seus afazeres e a noite vão à escola para estudar. Logo, a prática de ensino observada está relacionada com uma intensa integração da realidade dos alunos com os conteúdos teóricos ensinados, o que exige um intenso esforço do professor para adaptações didáticas. Observou-se uma certa evasão escolar, o que é de se esperar, não foi possível determinar dados específicos em porcentagens por que a

Secretaria de Educação ainda não fez um levantamento oficial pós período mais dramático da pandemia.

O professor em si é muito capacitado e traz consigo longos anos de experiência com educação básica e Educação de Jovens e Adultos, possui dedicação à prática do ensino de História, e opta, quase sempre, pela técnica de ensino tradicional, todavia, dando realce à leitura e o diálogo. Observou-se ainda que não há utilização de livro didático, apenas de material impresso em folhas de papel sulfite produzido pelo próprio docente, com o conteúdo selecionada para a aula.

É importante ressaltar que não há um currículo estruturado pela BNCC, conforme já constatado, e que cada Município e Estado possui autonomia legal para a criação de um currículo, bem como a estruturação da Educação de Jovens e Adultos, nesse caso o Município de João Pessoa faz uso de um currículo que não elenca conteúdos didáticos, apenas denota elementos que devem ser integrados as aulas, a fim de contribuir de forma significativa com a aprendizagem dos alunos. E a seleção dos conteúdos é de livre escolha do professor, que, de acordo com a necessidades da turma são selecionados os assuntos mais relevantes a serem estudados. Vale lembrar que a Educação de Jovens e Adultos condensa o que se conhece como séries escolares, isso implica dizer que em uma mesma sala haverá alunos que possuem níveis de conhecimentos distintos, e por isso é necessário analisar os saberes, conhecimentos e níveis de aprendizagem para selecionar assuntos/conteúdos que sejam relevantes ao processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no campo do ensino de história, dada sua extensão temporal de fatos e acontecimentos.

A entrevista realizada com o docente da EJA, esboça uma realidade ao mesmo tempo que enfatiza a perspectiva de quem convive com a prática do ensino de História em uma modalidade de educação com particularidades. O docente demonstrou a todo momento ter prazer no que faz, considera fazer um bom trabalho no que tange a seleção de conteúdos para o processo de ensino, de modo que é eficaz a aprendizagem da turma. Ele tem consciência da responsabilidade da docência na EJA, uma vez que está sempre atento para a intensa desigualdade educacional e social que é comum nesta modalidade de educação escolar.

Tendo em vista que a pesquisa visava compreender um pouco a respeito da prática do ensino de História na EJA, possível se constatar que o Município de João

Pessoa, com sua autonomia, possibilita que os docentes façam escolhas dos conteúdos e assuntos, os quais considerem mais essenciais para a aprendizagem dos seus alunos, contudo os atrelam ou recomenda que estejam vinculados aos eixos temáticos estabelecidos na Matriz de Referência Curricular (MRC). Todavia, quando necessário recorre e/ou consulta a BNCC como forma de nortear a sequência de conteúdos e assuntos para os níveis de escolaridade dos alunos adaptando-os às necessidades apresentadas no cotidiano escolar. Em suma, considera-se que a pesquisa foi favorável ao cumprimento da proposta deste estudo.

Salienta-se por fim que essa pesquisa aponta para a necessidade de um maior aprofundamento dos aspectos que envolvem o ensino de História nesta modalidade de escolarização merecendo, portanto, mais atenção e investigação para a elaboração de diálogos que sejam trabalhados, também, na formação de professores de História, uma vez que a EJA também faz parte do campo de atuação do historiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 17 de mar. 2022.

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em 17 de mar. 2022.

BRASIL. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acessado em 13 de abr. 2022.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Base nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, 2016. Disponível

em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110516_versaofinal_site.pdf>. Acessado em 13 de abr. 2022.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Base nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acessado em 25 de abr. 2022.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2011 (Coleção FGV de bolso. Série História).

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários da prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg e FRUCHON; Pierre (orgs.). **O problema da consciência histórica**. Tradução de Paulo Cesar Duque Estrada, 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: FGV. 2006.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, p. 108-130, 2000. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 13 de mar. 2022.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

JOÃO PESSOA, Município de. **Matriz de Referência Curricular da Educação de Jovens e Adultos**. 2020. Francisco completar as informações acerca deste documento.

JORGE, Céuli Mariano; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. A invisibilidade da EJA na BNCC: Reprodução da estrutura social excludente. In: **Congresso Internacional Ensino Médio e Educação Integral na América Latina**. Santa Cruz do Sul, v.1 n.1, mar. 2021. Disponível em:<<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/congressointernacional>>. Acessado em 29 de mar. 2022.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, SP: Loyola, 1987.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 9ª ed. São Paulo, SP: Cortez/ Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Resende. (orgs) **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2010. (Série pesquisa, nº 168).

SOUSA, Viviane Macário; SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. As Campanhas de Alfabetização para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Revisão Histórica. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, p. 100-123, 2021. Disponível em:<<https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/35928>>. Acessado em 05 de mar. 2022.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>>. Acessado em 10 de mar. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE I - Questionário elaborado para entrevista de campo

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (LICENCIATURA)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA – PROFESSOR DE HISTÓRIA DA EJA

1. Como é ser docente de uma modalidade de educação com tantas particularidades como a EJA?
2. Você considera que há diferenças no ensino de história para a EJA e a educação regular? Por que?
3. Como professor qual o seu ponto de vista com relação a inexistência de um currículo para a EJA na BNCC?
4. Como se estrutura o currículo que você faz uso para ministrar aulas nos ciclos III e IV da EJA? O que ampara esse currículo?
5. Há dificuldades dentro desse currículo em uso? Se sim, quais?
6. Você considera que há uma efetivação da aprendizagem dentro dos parâmetros atuais no ensino de história para os ciclos III e IV da EJA?

**Questionário aplicado ao professor responsável pela disciplina de história nos ciclos III e IV da EJA na EMEF Luiz Vaz de Camões, na cidade de João Pessoa/PB.*

ANEXOS

ANEXO I - Documento Oficial que regulamenta e estrutura Eixos Temáticos ao Ensino na EJA em João Pessoa/PB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DE ENSINO, GESTÃO E ESCOLA DE FORMAÇÃO**

**CONTINUUM CURRICULAR – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Ciclos Finais – EJA**

Ciclo III – Saber Compreender – Compreender-se como sujeito no aprofundamento das aprendizagens construídas no *Continuum*; despertar e estimular a criatividade na perspectiva de se descobrir como produtor de conhecimento e protagonista na construção e na reconstrução, bem como na reorganização dos processos de comunicação entre o homem, o mundo do trabalho, o meio ambiente e a sociedade, influenciando e contribuindo positivamente para o progresso da transformação sustentável, na perspectiva do futuro solidário.

Componente Curricular: História

EIXO	CONTEÚDOS/SABERES REVISITADOS	CONTEÚDOS/SABERES PRIORITÁRIOS	APRENDIZAGENS ESPERADAS – A UTILIDADE E APLICABILIDADE DOS SABERES CONSTRUÍDOS	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS
Trabalho e Identidade	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os homens como sujeitos da História. - A memória como elemento de ligação entre passado e presente. 	<ul style="list-style-type: none"> - O conceito de História e por quem é produzida. - A relevância da História para a vida de todos em sociedade. - Reconhecimento do papel do indivíduo enquanto ser integrante de uma coletividade. - Reconhecimento da importância da micro-história. - A memória como meio de resistência dos povos indígenas e afrodescendentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a contribuição da História para o entendimento dos homens como sujeitos. - Assimilar o estudo atual da História e a superação do seu entendimento de datas e heróis. - Valorizar a própria história, de si e das vivências diárias. - Reconhecer a importância da participação na comunidade, na sociedade e na construção da História. - Valorizar a identidade individual e coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escuta sobre o conceito dado pelos alunos sobre o que é História. - Análise e interpretação de documentos diversos, como textos, quadros e fotografias. - Produção de texto dissertativo. - Reflexão acerca do poder da memória na vida dos alunos.

			- Valorizar a participação coletiva na construção da sociedade.	
Trabalho e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - A fusão entre Cultura e Natureza na história da humanidade. - Reconhecimento da influência cultural dos imigrantes em nossa cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de cultura - O conceito de cultura material e imaterial. - A condição de classe como elemento demarcador de diferentes expressões culturais. - A cultura popular e erudita como reflexo do trabalho humano. - A produção em larga escala do Açúcar e a sua interferência cultural na história do Brasil. - A forte presença da culinária indígena e africana na cultura alimentar brasileira. - O trabalho com a pecuária e formas culturais originadas por meio de sua prática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o que faz parte da natureza e o que é produzido pelo homem. - Aprender que todos os homens são produtores de cultura. - Valorizar o patrimônio sociocultural e respeito à diversidade cultural, considerando critérios éticos. - Conceber criticidade sobre as manifestações culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura coletiva de textos específicos sobre o tema. - Produzir uma lista com as respostas sobre o entendimento dos alunos acerca do sua compreensão sobre o tema a ser trabalhado em aula. - Roda de conversa e debate. - Leitura comparativa de artigo científico e de cordel sobre um mesmo tema para leitura comparativa das formas de escritas existentes em nossa cultura. - Apresentação de vídeos para o fomento de debates. - Apreciação e discussão sobre cartazes e fotografias.

<p>Trabalho e Tecnologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de Tecnologia - A presença da Tecnologia criada pelos homens na História 	<ul style="list-style-type: none"> - Os múltiplos significados do conceito de Tecnologia. - O valor da Tecnologia para a História da Humanidade. - O uso da tecnologia pelos povos antigos. - Formas de tecnologia indígenas e africanas. - Compreensão da globalização. - Compreensão do conceito de mercantilismo. - Compreensão da segunda fase da Revolução Industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os ganhos e perdas sociais com o avanço da Tecnologia. - Estudar as tecnologias usadas no trabalho nos períodos históricos da antiguidade. - Entender descoberta do fogo como importante condutor de novas práticas tecnológicas e práticas sociais. - Situar a chegada da sedentarização e as novas formas de tecnologia. - Identificar a presença da tecnologia africana indígena na cultura brasileira. - Reconhecer que o processo de globalização, apesar da modernidade da palavra, iniciou-se há, pelo menos, 500 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de conversa sobre o avanço da Tecnologia. - Apresentação comparativa de equipamentos que sofreram brusca mudança durante os anos. - Leitura de texto sobre o tema definido. - Produção de texto pelos alunos sobre sua percepção acerca das mudanças tecnológicas.
-------------------------------------	--	--	---	--

<p>Trabalho e Cidadania</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento e compreensão, de modo integrado e sistêmico, das noções básicas relacionadas à construção histórica da cidadania. - O trabalho como elemento promotor das relações sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão dos avanços institucionais conquistados pela nação brasileira. - O conceito de Cidadania. - A Constituição como fonte da proteção à cidadania. - Percepção da importância do exercício crítico da cidadania em seu meio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do respeito às diversas formas culturais existentes no Brasil. - Observar e perceber as transformações, permanências, semelhanças e diferenças das noções básicas relacionadas à construção histórica da cidadania. - Entender o trabalho como elemento determinante para a convivência social. - Entender como o sistema capitalista e a Revolução Industrial provocaram transformações no mundo do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura do Artigo 5 da Constituição. - Roda de conversa para ouvir o conceito sobre as diferenças encontradas entre as pessoas da sociedade. - Análise interpretação de documentos diversos, como textos e quadros. - Desenvolvimento da habilidade de leitura e interpretação de textos. - Seleção de fatos e sujeitos históricos e estabelecimento de relações entre eles no tempo.
------------------------------------	--	---	---	---

<p>Trabalho e Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de qualidade de vida. - As condições de higiene e saúde durante as idades Antiga, Média e Moderna. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão do conceito de saúde e qualidade devida no decorrer dos tempos e as Políticas Públicas adotadas pelos Estados em cada momento histórico. - A saúde como um direito elencado na Constituição Federal de 1988. - Desenvolvimento do poder do Estado e relato de como este passou a assumir as políticas públicas voltadas para o controle de doenças e higienização. - As mudanças na prática do Trabalho no Campo. - A importância da promoção da saúde no ambiente de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a si próprio como sujeito de sua qualidade de vida e saúde. - Valorizar as Políticas Públicas como necessárias para o bem-estar coletivo. - Participar como cidadão nas ações que envolvem as Políticas Públicas e o interesse coletivo. - Entender que a qualidade de vida deve estar ligada ao trabalho. - Identificar condutas dos povos antigos para a promoção da saúde na História. - Discutir condutas dos povos indígenas e Africanos de promoção à saúde que permaneceram ao longo do tempo. - Relacionar o perigo à saúde dos trabalhadores rurais e o uso de agrotóxicos. 	<p>Seleção de leitura.</p> <p>Compreensão de relações entre elementos diferentes, extraindo conclusões a partir do exame de fatos.</p> <p>Demonstração de ideias e entendimento de leitura.</p> <p>Exercício de reflexão.</p> <p>Identificação em textos.</p> <p>Relato de informações.</p> <p>Roda de conversa para debate.</p> <p>Redação sobre o que eles presenciaram na saúde pública.</p> <p>Pesquisa bibliográfica.</p>
--------------------------------	--	---	---	--

<p>Trabalho e Direitos Humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O direito às condições justas de trabalho, pertencente a toda e qualquer pessoa. - As resistências e conflitos contra a exploração do trabalho humano. 	<ul style="list-style-type: none"> - As formas de escravidão nas sociedades antigas e contemporâneas. - O percurso histórico da escravidão ao trabalho livre no Brasil e suas consequências. - As resistências e os conflitos contra a exploração. - As formas de resistência contra os meios de opressão no mundo do trabalho na formação do Estado Brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar que a História da humanidade foi e sempre será marcada pela exploração da força de trabalho dos oprimidos. - Perceber que a escravidão foi uma das formas de trabalho com base na opressão e na invisibilidade dos direitos dos que não tinham poder. - Apontar as consequências da escravidão indígena e negra que ainda ecoam por nossa sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura coletiva do Artigo 23 da Declaração dos Direitos Humanos. - Debate com os alunos sobre as suas percepções acerca do documento. - Escuta de seus relatos sobre os direitos elencados e o seu cotidiano. - Redação sobre o conhecimento dos alunos, adquiridos sobre os direitos de todo trabalhador.
<p>Trabalho e Sustentabilidade Socioambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de desenvolvimento sustentável. - A importância da conexão entre a ação dos homens na natureza e o cuidado com o meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - A participação do homem nas alterações do meio ambiente no decorrer da história. - A proteção à natureza pelos povos antigos em sua prática de trabalho. - O processo de destruição da Mata Atlântica e de outras reservas naturais do território brasileiro no decorrer de nossa história. - O cuidado no trabalho indígena com o meio ambiente. - O impacto da Revolução Agrícola sobre a sociedade. - A relação entre a propriedade da terra e o poder. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar e cuidar do meio ambiente em que vive. - Reconhecer o meio ambiente como um fator importante de sobrevivência no mundo e no lugar em que vivemos. - Identificar o trabalho indígena como modelo de ação respeitosa à natureza. - Identificar doenças causadas pela devastação do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos de forma coletiva. - Uso de imagens para recorte e colagem em mural. - Debate sobre o modo de vida indígena e seus valores para a sociedade. - Interpretação de mapas físicos. - Confronto de algumas formas de atuação humana na preservação da natureza.

<p>Trabalho e os Tempos humanos e as garantias dos direitos</p>	<p>A concepção cultural sobre os diversos grupos sociais ao longo da história.</p> <p>A elaboração da noção do conceito da Igualdade de direitos entre todos os cidadãos.</p>	<p>O conceito de Criança no Brasil Colônia e Império.</p> <p>Como conviviam as diferentes gerações nos períodos da Colônia e do Império.</p> <p>A importância dos anciãos na cultura africana e indígena.</p> <p>A escravidão infantil nos povos indígenas e africanos.</p>	<p>Compreender que a cidadania sempre foi plena ao homem branco europeu.</p> <p>Entender que a exclusão e a invisibilidade foi uma marca da construção do Estado Brasileiro.</p> <p>Identificar a elevada importância social dos anciãos nas culturas nativas.</p> <p>Discutir a violência contra a infância pelo colonizador europeu em sua chegada no Brasil e no período da escravidão.</p>	<p>Roda de conversa.</p> <p>Leitura coletiva de textos científicos adaptados para compreensão da turma sobre a visão acerca da Infância.</p> <p>Redação sobre as formas de tratamento atual com a parcela da população idosa.</p>
--	---	---	--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DE ENSINO, GESTÃO E ESCOLA DE FORMAÇÃO

CONTINUUM CURRICULAR – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Ciclos Finais – EJA

Ciclo IV – Saber Conceituar - Potencializar o resultado das vivências das aprendizagens nos cinco momentos vividos, em favor da construção de conceitos, hipóteses, raciocínio lógico, recorrendo aos aprendizados dos estudos anteriores para ampliação do pensar na busca de exercitar o aprendizado de forma ativa para perceber, organizar, processar e compreender informação de maneira a saber: conceituar com ética, lógica e sistêmica, com base na capacidade intelectual da compreensão para um mundo mais humanizado e o mundo do trabalho. Esse movimento amplia para novas aprendizagens, sendo oportuno questionar: 'Responde ao que posso conhecer ainda?'

Componente Curricular: História

EIXO	CONTEÚDOS/SABERES REVISITADOS	CONTEÚDOS/SABERES PRIORITÁRIOS	APRENDIZAGENS ESPERADAS – A UTILIDADE E APLICABILIDADE DOS SABERES CONSTRUÍDOS	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS
Trabalho e Identidade	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho como uma operação de transformação da natureza e dos sujeitos históricos situada no tempo e no espaço. - Primeiros modos de produção e modelos subsequentes. - O fim da escravidão e a formação do trabalho livre no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identidade como uma relação entre o trabalho e a cultura. -A marginalização dos negros libertos. - Espaços de repressão à autonomia de escravizados e libertos no Brasil. - A gênese da classe operária no Brasil. - As conquistas de direitos pelos povos indígenas e quilombolas no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir que o fim da escravidão não garantiu direitos sociais à população negra. - Descrever a grande importância da imigração na Primeira República na formação da classe operária brasileira: enfatizando o esquecimento da população negra neste processo pela historiografia. - Relacionar o pensamento brasileiro sobre o branqueamento da população por meio da chegada dos imigrantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos na forma individual e coletiva. - Reprodução de vídeos sobre a presença dos imigrantes no Brasil. - Utilização de imagens para identificação dos imigrantes. - Debate sobre a imagem da obra "A redenção de Cam".

<p>Trabalho e Cultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de cultura e suas relações com o trabalho. - A cultura como relações em constantes transformações. 	<ul style="list-style-type: none"> - O conceito de cultura material e imaterial. - As novas expressões culturais oriundas da demarcação realizada pela condição de classes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar o patrimônio sociocultural e respeito à diversidade cultural. - Reconhecer a importância dos negros e indígenas, e dos imigrantes na formação da identidade cultural no Brasil. - Identificar o turismo como forma de produção de renda por meio da diversidade cultural do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de conversa sobre as vivências dos alunos sobre festejos juninos ou carnavalescos. - Texto dissertativo sobre as memórias acerca das vivências sobre as festas culturais.
<p>Trabalho e Tecnologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da evolução da tecnologia. - Globalização. - Fases do Capitalismo e da industrialização. 	<ul style="list-style-type: none"> - As mudanças e a permanência dos meios de comunicação e de transporte que modificaram a vida em sociedade. - As formas de resistência dos trabalhadores frente ao avanço tecnológico. - Compreensão da divisão do globo entre dois blocos antagônicos: o capitalismo e o socialismo. - Compreensão do que são empresas transnacionais e oligopólios. - Compreensão do conceito de Neoliberalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a evolução da tecnologia e suas consequências positivas e negativas para a sociedade. - Identificar aspectos diretos ou indiretos, de como a sociedade e a natureza são afetados pela evolução tecnológica. - Discriminar os vários personagens na história brasileira que estiveram presentes na criação de novas tecnologias que trouxeram mudanças à sociedade. - Identificar o multuso do celular, inclusive por meio do processo educacional. - Distinguir que o avanço da tecnologia não é totalmente democrático. 	<ul style="list-style-type: none"> - Debate promovido pela leitura de anúncios de ofertas de empregos e os requisitos mínimos para a disputa por vagas. - Escuta de relatos sobre as mudanças significativas na vida dos alunos com o avanço do celular. - Redação sobre as novas formas de trabalho motivadas pelo avanço da tecnologia (Motoristas de aplicativos e entregadores de aplicativos).

<p>Trabalho e Cidadania</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos de direitos políticos, sociais e civis. -Mecanismos de exclusão e de inserção da cidadania no Brasil. -Conquistas políticas, civis e sociais no Brasil a partir das conquistas da sociedade civil e dos movimentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho na perspectiva cidadã. - As diferentes perspectivas no mundo contemporâneo sobre o trabalho. - As crises econômicas e as consequências sociais do desemprego. - As formas de resistência dos trabalhadores diante das mudanças do mundo do trabalho. - A importância da educação para a formação de um cidadão para o mundo do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o significado do trabalho na sociedade atual. - Compreender a perspectiva social e cidadã do trabalho na sociedade contemporânea. - Identificar as relações de trabalho, e a possível exploração dos trabalhadores ao trabalho - Compreender capital e mercadoria no mundo atual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vídeos sobre o tema proposto. - Estudos dirigidos a serem realizados de forma coletiva e individual.
<p>Trabalho e Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O estreito vínculo entre saúde e trabalho. - Fenômenos naturais, doenças e epidemias e como elas alteram rapidamente o modo de vida das sociedades que foram afetadas, transformando profundamente as identidades sociais e individuais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saneamento Ambiental. - Saúde comunitária. - Acidentes de trabalho e a luta pela dignidade em ambiente laboral. - A importância da Organização Mundial de Saúde - OMS para a garantia do direito à saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apontar a necessidade da prevenção aos danos causados no trabalho como forma de garantia de direitos. - Explicar a importância da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) para a proteção aos empregados. - Identificar como se dá o nascimento das epidemias em grandes sociedades humanas. - Conceituar e construir cuidados em tempos de epidemias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos a ser realizada de forma coletiva. - Estudos dirigidos sobre o tema Escrita de texto dissertativo.
<p>Trabalho e Direitos Humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Humanos - A evolução dos Direitos Humanos no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento das interferências políticas e econômicas ideológicas na cristalização dos direitos humanos no ambiente de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> -Reconhecer que todos os cidadãos têm direitos inalienáveis, a exemplo do trabalho digno. - Identificar o trabalho não só como 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura coletiva de textos sobre apresentação de vídeo acerca do tema. - Valorização da leitura autônoma.

		<ul style="list-style-type: none"> - Entendimento sobre a defesa da dignidade do trabalhador em seu espaço de labor com um direito conquistado já legalmente. - Compreensão da promoção e defesa da diversidade ambiente laboral. 	<p>meio de sobrevivência, mas também como meio de opressão realizado por grupos detentores de poder.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os problemas do sistema prisional no Brasil, reconhecendo este espaço também como lugar de consolidação dos direitos humanos. - Identificar a importância da integridade física psicológica e moral em ambiente de trabalho possibilitado pelo direitos humanos. - Caracterizar as limitações e possibilidades históricas do trabalho infanto-juvenil. - Identificar a necessária defesa dos direitos das mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização das várias formas de leitura de documento. - Valorização do Exercício de reflexão. - Elaboração de textos dissertativos sobre o tema.
<p>Trabalho e Sustentabilidade Socioambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A produção de riquezas e o desenvolvimento ético e sustentável. - O processo de destruição da Mata Atlântica e de outras reservas naturais do território brasileiro no decorrer de nossa história. 	<ul style="list-style-type: none"> - A importância do Protocolo de Kyoto na defesa do meio ambiente. - Práticas de desenvolvimento sustentável no Brasil atual. - A visão de mundo dos povos indígenas sobre o desequilíbrio ambiental. - O garimpo e suas consequências para o meio ambiente. - A seca como "Indústria". 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do cuidado com o meio ambiente e sua preservação como um dever de todos. - Identificar as mudanças climáticas as quais devem ser um elemento de cuidado pelas nações em suas propostas e ações político e econômicas. - Reconhecer que a escassez da água em contextos regionais também faz parte de intenção política. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir e debater sobre a promoção do cuidado ao meio ambiente por parte das instâncias municipais e estaduais. - Ler notícias sobre o antigo Lixão do Róger, espaço que marcou a capital paraibana (a exemplo). - Debate sobre alternativas de combate à escassez de água. - Interpretação de Mapas físicos. - Comparação dos processos de

		<ul style="list-style-type: none"> - Compreender como fatores ambientais interferem em fenômenos históricos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o lugar e o papel que o ser humano tem na natureza. - Reconhecer como possível e atuar na criação de novos modelos de desenvolvimento que preservem o meio ambiente. 	devastação da natureza no decorrer da história do Brasil.
Trabalho e os Tempos Humanos e as Garantias dos Direitos	<ul style="list-style-type: none"> - A criação das leis trabalhistas na Era Vargas. - O Estado de bem-estar social. - Avanços do Neoliberalismo sobre os direitos dos trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão do conceito de trabalho. - Compreensão das diferentes concepções sobre o valor do trabalho e seus objetivos. - A proteção integral da criança e do adolescente na Lei. - A proteção legal dos jovens. - A proteção legal às mulheres. - A proteção legal aos idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância de estudar o E.C.A para o entendimento da Política de Proteção dos direitos da Criança e Adolescente. - Identificar a conquista do Estatuto da Juventude para promoção de direitos para o público definido. - Compreender a importância de estudar a Lei Maria da Penha considerando-a como importante base legal na luta de defesa da Mulher. - Identificar no Estatuto do Idoso os meios legais para o enfrentamento da violência e negação de direitos da população idosa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de trabalhos coletivos por meio da coleta de informações em fontes diferenciadas. - Leitura e interpretação de Documentos iconográficos. - Roda de conversa sobre os direitos conquistados pelas mulheres na história. - Leitura e debate de notícias sobre a violência infanto-juvenil; idosos e mulheres.